

RESOLUÇÃO CRESS 5ª REGIÃO Nº 016, 10 DE NOVEMBRO DE 2022.

Altera a Resolução Cress 5ª Região nº016/2022 dispõe sobre o ressarcimento de despesas, concessão de diáriae passagens a conselheiros, funcionários, assessoras/es e membros de

comissões e convidadas/os, que receberam a incumbência ou missão do Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região

- Bahia e dá outras providências.

A CONSELHEIRA PRESIDENTA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO

SOCIAL DA 5ª REGIÃO - BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

conformeo disposto no art. 21, inciso XVII, do Regimento Interno do Cress da 5ª Região -

Bahia;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento e revisão a RESOLUÇÃO CRESS 5ª

REGIÃO Nº 002, 07 DE JANEIRO DE 2022, que disciplina a matéria relativa ao

ressarcimento de despesas, concessão de diárias, hospedagens, passagens e outras no âmbito

desta Autarquia;

CONSIDERANDO que este Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região - Bahiatem,

por força de lei, natureza jurídica de direito público, instituído pela Lei Federal nº8.662/93,

sob a forma de autarquia federal, por exercer atividade típica de Administração pública na

fiscalização do exercício profissional de assistente social;

CONSIDERANDO que, na qualidade de autarquia exercente de uma atividade típica do

Estado, possui autonomia administrativa e financeira, com possibilidade de expedir atos

normativos para regulamentação de seus serviços internos;

CONSIDERANDO que os conselheiros do Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região -

Bahia não recebem e nem podem receber qualquer remuneração pelo exercício de seus

mandatos, sendo vedada qualquer relação de emprego com a Autarquia;

1

Tel: 71 3322-0421 www.cress-ba.org.br

CRE Sconselho Regional de Serviço Social 5° Região

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar parámetros para a concessão de diárias e

ressarcimento de despesas aos seus conselheiros, servidores/as, assessores/as e convidados/as,

quando a serviço ou representação do Cress 5ª Região, para realizar atividades de interesse do

conselho;

CONSIDERANDO o TC 036.608/2016-5 e os acórdãos 1925/2019 e 1237/2022 do Tribunal

de Contas da União – TCU;

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do

CRESS-BA da 5ª Região, realizado em 21 de outubro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º. Dispor sobre o ressarcimento de despesas, reembolso por quilometragem, concessão de

diárias para pagamento de hospedagens, translado, alimentação e passagens pagas a

conselheiros/as, servidores/as, assessores/as e convidados/as, que serão regulados pela

presente Resolução.

TITULO I – DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS

Art. 2º. Para os fins a que se destinam a presente Resolução, o ressarcimento de despesaspossui

natureza indenizatória e visa cobrir apenas as despesas previstas no art. 1°.

Art. 3°. Farão jus ao ressarcimento de despesas os/as conselheiros/as, servidores/as,

assessores/as e convidados/as, quando a serviço ou representação do Cress 5ª Região, com

alimentação e deslocamentos, limitadas ao valor máximo de R\$150,00 (cento e cinquenta

reais), dentro do município de sua residência, região metropolitana, aglomeração urbana ou

microrregião, constituídas por município limírofes e regularmente constituídas, desde que sem

pernoite.

Art. 4°. Quando a atividade a ser desenvolvida for realizada fora do município de residência



do/a ressarcido/a, com período igual ou inferior a 12 (doze) horas, além do ressarcimento de despesas, o Cress da 5ª Região – Bahia deverá custear a passagem de deslocamento entre os

municípios, de acordo com o que dispõe o TÍTULO III desta Resolução.

Art. 5°. O pedido de ressarcimento de despesas deverá ser protocolado no Cress da 5ª Região

- Bahia, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a realização da atividade, sob pena de

indeferimento, ressalvada justificativa a ser deliberada pela Diretoria Executiva e homologada

pelo Conselho Pleno.

Art. 6°. O ressarcimento de despesas será pago no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a

entrega da solicitação na Autarquia, pelo/a ressarcido/a, acompanhada da documentação

comprobatória que instruirá o formulário próprio, de acordo com o ANEXO I -

FORMULÁRIODE RESSARCIMENTO DE DESPESAS.

Art. 7°. A participação em atividade, quando a serviço ou representando o Cress da 5ª Região

- Bahia, deverá ser registrada em formulário próprio pelo/a ressarcido/a,

Art. 8°. Com a entrega dos formulários (ANEXOS I e II) e dos documentos comprobatórios

para o ressarcimento das despesas, o/a ressarcido/a receberá, imediatamente, cópia assinada e

datada pelo/a funcionário/a responsável, comprovando, assim, a prestação de contas.

Art. 9°. No ato de entrega, o/a funcionário/a responsável por receber os formulários e os

documentos comprobatórios realizará a conferência, deixando de recebê-los em caso de

desconformidade com as especificações desta Resolução e seus anexos, não sendo aceita a

prestação de contas, oportunidade em que apontará, por escrito, as alterações que devemser

realizadas e/ou os documentos que faltam.

Parágrafo Único. O/A servidor/a responsável pelo recebimento do pedido de ressarcimento

de despesas deverá se negar a recebê-lo se constatar que o ressarcido não cumpriu com os

requisitos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 10. O/A Convidado/a de que trata a presente Resolução será aquele/a devidamente



indicado/a pela Diretoria do CRESS-BA, mediante publicação em Portaria designativa e, desde que a serviço do conselho, também fará jus ao ressarcimento de despesas, dentro dos

critérios e valores definidos nesta Resolução.

Art. 11. Ressalvada a hipótese de excepcionalidade do artigo 23 desta Resolução, é vedado

ao/à beneficiário/a acumular ressarcimento de despesas e diária para uma mesma designação

oficial pelo Cress da 5ª Região – Bahia, devendo ressarcir o erário imediatamente, caso ocorra.

TÍTULO II

DO REEMBOLSO DE QUILOMETRAGEM OU DESPESA COM DESLOCAMENTO

Art. 12. Nos deslocamentos realizados por conselheiros/as, servidores/as, assessores/as e

convidados/as, quando a serviço ou representação do Cress 5ª Região, em veículo particular

ou não, será devido o reembolso de quilometragem.

Parágrafo Único. O valor pago a título de reembolso de quilometragem ou ressarcimentode

despesa de locomoção, de que trata o caput deste artigo será calculado juntamente com as

demais despesas a serem ressarcidas e subordinado ao limite previsto no artigo 13.

Art. 13. O reembolso de quilometragem ocorrerá na razão de R\$0,85 (oitenta e cinco

centavos) por quilômetro percorrido, limitados a 600 quilômetros, por trecho, considerando o

inciso I, do art.26 desta Resolução.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, considera-se trecho o deslocamento de endereço

de saída e o endereço de chegada bem como o deslocamento de retorno entre o endereço de

saída e o endereço de chegada, denominado de "Trecho de Retorno".

Art. 14. O cálculo para o ressarcimento de despesas de combustível, com veículo particular,

próprio ou não, deverá ocorrer da seguinte maneira:

I – No **trecho partida**, distância percorrida, em quilômetros, entre o endereço de

saída e o endereço de destino, por **R\$0,85** (oitenta e cinco centavos);

End: Rua Dr. Jose Peroba, 149 – 5^a Andar Stiep – Salvador-Bahia – CEP:41.770-235



II – No trecho de retorno, distância percorrida, em quilômetros, entre o endereço de

saída e o endereço de destino, por R\$0,85 (oitenta e cinco centavos).

Art. 15. Para fins de pagamento de reembolso de combustível, sob pena de indeferimento do

pedido, o/a ressarcido/a deverá fotografar o painel no veículo o hodômetro, na saída para o

local de destino e na chegada, bem como, da mesma forma, no retorno, as seguintes

informações:

I – na origem do **trecho de partida**:

a) a quilometragem marcada no hodômetro;

b) a data e a hora;

II – na chegada do **trecho de partida**:

a) a quilometragem marcada no hodômetro;

b) a data e a hora;

III – na origem do trecho de retorno:

a) a quilometragem marcada no hodômetro;

b) a data e a hora;

IV – na chegada do **trecho de retorno**:

a) a quilometragem marcada no hodômetro;

b) a data e a hora.

Parágrafo Primeiro. O registro feito do painel do veículo deverá ser anexado ao pedidode

ressarcimento de despesas a ser protocolado no Conselho, sendo, portanto, documento

indispensável ao deferimento do reembolso de quilometragem.

Parágrafo Segundo. Para os conflitos com Código de Endereçamento Postal – CEP, utilizar-

se-á imagem retirada do Google Maps com o percurso referenciado com ponto de saída eo

ponto de chegada ao destino.

Parágrafo Terceiro. No caso de ressarcimento de despesa de deslocamento, nos termos de

que trata o art. 12 desta Resolução, o ressarcida/o deverá entregar a fotocópia da imagem do

trajeto percorrido, com a informação de quilometragem, extraída de plataforma virtual, a

exemplo do Google Maps etc.



Parágrafo Quarto. O registro feito do trajeto percorrido, com a informação de quilometragem,

extraída de plataforma virtual, deverá ser anexado ao pedido de ressarcimento e despesas a

ser protocolado no Conselho, sendo, portanto, documento indispensável ao deferimento do

reembolso de despesa.

Art. 16. Além do reembolso por quilometragem percorrida, o Cress da 5ª Região – Bahia

ressarcirá as despesas com estacionamento, disponível no local de destino, bem como de

pedágio, se houver, devendo ser anexado ao pedido de ressarcimento os comprovantes.

Art. 17. O valor pago a título de reembolso por quilometragem percorrida ou despesa de

deslocamento, deve conter o pagamento pela utilização de veículo e combustível, quando se

tratar de aluguel de veículo, não sendo devido nenhum outro valor para custerar despesas de

manutenção preventiva, corretiva, reparos, melhorias, seguros, multas, sinistros, indenização

por desvalorização e outros.

Parágrafo Único. A despesa pela utilização de veículo, de que trata o *caput* deste artigo, se

destina ao aluguel de veículo para uso exclusivo em serviço de interesse do CRESS-BA, por

conselheira/os, servidores e assessores, bem como o custo com o combustível, desde que

préviamente autorizado pela Diretoria ou pelo Presidente do CRESS-BA, respeitados os

limites estabelcidos por esta Resolução, salvo deliberação em contrário do Conselho Pleno,

exclusivamente para situação de deslocamento da/os servidores agentes fiscais em serviço,

considerando a excepcionalidade da situação, desde que devidamente justificada.

Art. 18. A responsabilidade pela utilização de veículo particular é do/a ressarcido/a, não sendo

imprescindível para a realização de atividades ou representação da Autarquia, razão pela qual

o Cress da 5ª Região – Bahia é isento de qualquer responsabilidade administrativa, cível e

criminal que seja atribuída ao/à responsável.

III – DAS DIÁRIAS



Art. 19. Farão jus ao recebimento de diárias, conselheiros/as, servidores, assessores e

convidados/as, quando a serviço ou representação do Cress 5ª Região, quando o período de

tempo à disposição do CRESS-BA for superior a 12 (doze) horas, limitado a 24 (vinte quatro)

horas cada diária, com pernoite, contando da saída da sede do CRESS-Ba ou residência da/o

ressarcida/o até o retorno, para custear despesas com alimentação, locomoção, traslado e

hospedagem.

Primeiro Primeiro. Considera-se meia (1/2) diária o período de tempo à disposição do

CRESS-BA, igual ou inferior a 12 (doze) horas, sem pernoite, observando-se os seguintes

valores:

I – Diária: O valor fixo de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais);

II – Meia Diária: o valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

Art. 20. Quando a representação definida no artigo 19 for realizada por servidores e assessores

do Cress da 5º Região - Bahia, esse/a receberá a diária correspondente, abatendo-se os valores

dos/es auxílio-refeição e do auxílio transporte.

Parágrafo Único. Os descontos mencionados no Caput do artigo 20 desta Resolução devem

ser procedidos nas seguintes proporções:

I - Em relação ao desconto do auxílio-refeição:

a) para a cada 01 (uma) diária paga em dia útil, será descontado o valor correspondente

a01 (uma) auxílio-refeição/dia;

b) sendo a diária referente a dias de sábado, domingo e feriado, não haverá qualquer

desconto;

II – Em relação ao auxílio transporte, o desconto só deverá ser procedido em relação

aos servidores e assessores do CRESS-BA que recebe esse auxílio:

a) para cada 01 (uma) diária paga em dia útil, deverá ser descontado o

valorcorrespondente ao recebido por dia;

End: Rua Dr. Jose Peroba, 149 – 5ª Andar Stiep – Salvador-Bahia – CEP:41.770-235



b) sendo a diária referente a dia de sábado, domingo e feriado, não haverá

qualquer desconto.

Art. 21. Os valores das diárias deverão ser sempre solicitados no prazo mínimo de até 05(cinco)

dias úteis antes da viagem e deverão ser pagos em até 02 (dois) dias úteis antes da viagem, de

uma só vez, mediante transação bancária disponível, menos onerosa e em nome do/a

favorecido/a.

I – Excepcionalmente, em casos considerados como emergenciais, os prazos

estipulados poderão ser abreviados, após autorização expressa da Diretoria ou da

Presidência;

II – O pagamento de diárias será precedido de publicação de Portaria.

Art. 22. As diárias recebidas e não utilizadas em decorrência da não realização da atividade,

ou pela impossibilidade de comparecimento por parte do/a solicitante, ainda que não tenha

qualquer responsabilidade sobre a ausência, deverão ser devolvidas ao Cress da 5ª Região-

Bahia, no prazo de 48 horas do recebimento ou da interrupção do trabalho, não sendo permitido

lançamento de crédito ou compensação.

Art. 23. É vedado ao/à solicitante acumular ressarcimento de despesas e diária para uma

mesma designação a serviço do Cress da 5ª Região – Bahia, salvo, excepcionalmente, quando

as despesas realizadas no período à disposição do conselho superarem ao somatório das diárias

recebidas, desde que devidamente comprovadas e justificadas.

TÍTULO IV – DO CUSTEIO COM PASSAGENS

Art. 24. Nas atividades de que tratam os artigos 3° e 4°, ambos desta Resolução, o Cress da 5ª

Região - Bahia assumirá, integralmente, o custeio das passagens para o deslocamento de seus

representantes aos municípios da Bahia ou a outros Estados, observando-se os seguintes

critérios:

I - Se o percurso for superior a 600 km (seiscentos quilômetros), deverá ocorrer,

preferencialmente, o deslocamento por transporte aéreo;

End: Rua Dr. Jose Peroba, 149 – 5^a Andar Stiep – Salvador-Bahia – CEP:41.770-235



II – Se o percurso for inferior a 600 km (seiscentos quilômetros), deverá ocorrer o

deslocamento, preferencialmente por transporte terrestre, em caso de ônibus intermunicipal ou interestadual, desde que regularmente registrado, podendo ser

convencional ou leito, salvo excepcionalidade devidamente autorizada pela Diretoria.

Art. 25. O/a conselheiro/a, servidor/a, assessor/a e convidado/a, quando a serviço ou

representação do Cress 5ª Região, poderá, se preferir, realizar o deslocamento aos municípios

da Bahia ou a outros Estados com veículo particular em substituição ao deslocamento com

aquisição de passagem para transporte aéreo ou terrestre, mediante requerimento escrito e

justificado apresentado pelo/a solicitante, respeitado o limite por trecho de 600 km, para

segurança do/a solicitante, conforme inciso I, do art. 24 desta Resolução.

Parágrafo Único. Caso o ressarcido desista de realizar a viagem com veículo particular e

adquira passagem em transporte regular, ainda assim estará obrigado a prestar constas.

Art.26. O/a conselheiro/a, servidor/a, assessor/a e convidado/a, quando a serviço ou

representação do Cress 5ª Região que optar por se deslocar com o veículo particular e que, por

ventura, não compareça à atividade deverá ressarcir o valor recebido a título de diária ao Cress

da 5ª Região - Bahia, no prazo 48 horas do recebimento ou da interrupção do trabalho, não

sendo permitido lançamento de crédito ou compensação futuras ajudas de custo ou

compensação.

Art. 27. A compra de passagem aérea de que trata o art. 24 desta Resolução será,

exclusivamente, realizada pelo Cress da 5ª Região - Bahia.

Art. 28. O transporte aéreo a que se refere o inciso I do artigo 24 estará condicionado à

existência de linhas aéreas que façam voos domésticos para o destino ou localidade próxima.

Art. 29. Os casos omissos e excepcionais serão resolvidos pela Diretoria, com a aprovação

posterior do Conselho Pleno, de modo que sempre prevaleça o princípio da economicidade

e o melhor uso dos recursos públicos.



Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e com efeitos *ex nunc*, revogando-se a RESOLUÇÃO CRESS 5ª REGIÃO Nº 002, 07 DE JANEIRO DE 2022, e demais disposiçõesem contrário.

Salvador, 10 de Novembro de 2022.

SILVANA MELO DA SILVA

 $Conselheira\ Presidente \\ CRESS-\ Conselho\ regional\ de\ Serviço\ Social\ \ 5^a\ Região\ -\ Bahia$